

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	30
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	31
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	32
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	33
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.997
Preferenciais	0
Total	5.997
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	74.664	153.391
1.01	Ativo Circulante	74.664	153.391
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.307	13.262
1.01.03	Contas a Receber	136	170
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.557	848
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.557	848
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	1.557	848
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	60.664	139.111
1.01.08.03	Outros	60.664	139.111
1.01.08.03.01	Aplicações financeiras vinculadas	56.606	105.495
1.01.08.03.02	Outros créditos	3.053	3.108
1.01.08.03.03	Titulos e valores mobiliários	847	0
1.01.08.03.04	Recebíveis imobiliários	158	30.508

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	74.664	153.391
2.01	Passivo Circulante	57.639	133.553
2.01.02	Fornecedores	198	88
2.01.03	Obrigações Fiscais	849	905
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	849	905
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	849	905
2.01.05	Outras Obrigações	56.592	132.560
2.01.05.02	Outros	56.592	132.560
2.01.05.02.04	Cessão de certificados de créditos imobiliários a pagar	56.592	132.560
2.02	Passivo Não Circulante	624	624
2.02.04	Provisões	624	624
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	624	624
2.02.04.01.05	Provisão para riscos	624	624
2.03	Patrimônio Líquido	16.401	19.214
2.03.01	Capital Social Realizado	12.483	12.483
2.03.04	Reservas de Lucros	3.918	6.731
2.03.04.01	Reserva Legal	1.616	1.616
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.302	5.115

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	145	352	4.455	10.838
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-225	-309	-4.905	-6.038
3.03	Resultado Bruto	-80	43	-450	4.800
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-258	-1.046	-823	-1.358
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-151	-873	-377	-1.097
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-107	-173	-446	-261
3.04.05.01	Despesas tributarias	-45	-98	-49	-53
3.04.05.02	Despesas de comercializacao	-47	-66	-96	-99
3.04.05.03	Outras despesas operacionais liquidas	-15	-9	-301	-109
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-338	-1.003	-1.273	3.442
3.06	Resultado Financeiro	1.205	2.788	1.560	4.340
3.06.01	Receitas Financeiras	3.068	6.062	3.772	7.311
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.863	-3.274	-2.212	-2.971
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	867	1.785	287	7.782
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-291	-598	-196	-2.949
3.08.01	Corrente	-291	-598	-196	-2.949
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	576	1.187	91	4.833
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	576	1.187	91	4.833
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,09605	0,19793	0,01517	0,80590
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,09605	0,19793	0,01517	0,80590

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	576	1.187	91	4.833
4.03	Resultado Abrangente do Período	576	1.187	91	4.833

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.892	12.869
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.785	8.988
6.01.01.01	Lucro do exercício	1.187	4.833
6.01.01.02	Despesa com imposto de renda e contribuição social	598	2.949
6.01.01.04	Atualizacao monetaria de cessao de certificados de creditos imobiliarios a pagar	0	877
6.01.01.05	Provisao para creditos de liquidacao duvidosa	0	27
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para riscos	0	302
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.107	3.881
6.01.02.01	Contas a receber	34	15
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-709	-1.956
6.01.02.03	Outros creditos	55	-162
6.01.02.04	Contas a pagar	110	4.334
6.01.02.05	Impostos, taxas e contribuicoes	-573	-1.541
6.01.02.06	Outras contas a pagar	0	-84
6.01.02.07	Aplicacoes financeiras vinculadas	48.889	62.519
6.01.02.08	Impostos de renda e contribuicao social pagos	-81	-1.554
6.01.02.09	Recebiveis imobiliarios a receber	30.350	3.547
6.01.02.12	Cessao de certificados de creditos imobiliarios a pagar	-75.968	-60.360
6.01.02.13	Juros pagos	0	-877
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-847	7.024
6.02.02	Aquisicao de titulos e valores mobiliarios	-2.967	0
6.02.03	Venda de titulos e valores mobiliarios	2.120	4.048
6.02.05	Venda de ativo circulante disponivel para venda	0	2.976
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.000	-6.001
6.03.01	Dividendos pagos	-4.000	-6.001
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-955	13.892
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13.262	6.132
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.307	20.024

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	12.483	1.616	5.115	0	0	19.214
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	12.483	1.616	5.115	0	0	19.214
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-4.000	0	0	-4.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-4.000	0	0	-4.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.187	0	1.187
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.187	0	1.187
5.07	Saldos Finais	12.483	1.616	1.115	1.187	0	16.401

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	15.483	1.047	3.348	0	0	19.878
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	15.483	1.047	3.348	0	0	19.878
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.348	-2.653	0	-6.001
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.348	-2.653	0	-6.001
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.833	0	4.833
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.833	0	4.833
5.07	Saldos Finais	15.483	1.047	0	2.180	0	18.710

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	382	11.169
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	382	11.196
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-27
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.150	-7.171
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-309	-6.038
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-841	-1.133
7.03	Valor Adicionado Bruto	-768	3.998
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-768	3.998
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.062	7.311
7.06.02	Receitas Financeiras	6.062	7.311
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.294	11.309
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.294	11.309
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	833	3.505
7.08.02.01	Federais	833	3.505
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.274	2.971
7.08.03.03	Outras	3.274	2.971
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	3.274	2.971
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.187	4.833
7.08.04.02	Dividendos	0	2.653
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.187	2.180

São Paulo, 30 de Junho de 2015.

RB CAPITAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

2015 – 2º trimestre

A RB Capital Companhia de Securitização S/A (“Sociedade”) não realizou emissões de Certificado de Recebíveis Imobiliários (“CRI”) neste trimestre, e auferiu um resultado acumulado de R\$ 1.187 mil provenientes da receita de serviços prestados de administração de patrimônio fiduciário dos CRI sob sua gestão.

A Administração da Companhia é otimista com o potencial de crescimento do mercado de crédito estruturado e securitização, dado o perfil de longo prazo dos nossos produtos, que continuam consistentemente demandados pelos investidores locais, incluindo institucionais e pessoas físicas. Mantemos perspectivas otimistas para o mercado de securitização em 2015.

Desde o primeiro semestre de 2012, a razão social da Sociedade foi alterada de RB Capital Securitizadora Residencial para RB Capital Companhia de Securitização S/A. O intuito da mudança foi de não configurar qualquer restrição, por tal denominação, ao espectro de atuação da Sociedade.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Sociedade, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, contratou a Grant Thornton Auditores Independentes somente para a prestação de serviços de revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações financeiras anuais, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço à Sociedade.

A Administração.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 (Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais

A RB Capital Companhia de Securitização (Companhia) é uma Companhia anônima aberta, com sede na cidade de São Paulo - SP. Seu controlador é a RB Capital Holding SA.

A Companhia tem como principal atividade a aquisição de créditos imobiliários e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários.

As informações intermediárias fiduciárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, estão apresentadas na nota explicativa nº 24. A partir do trimestre findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia apresenta um volume maior de informações sobre as operações de securitização no Informe Trimestral de Securitizadora conforme Anexo 32, II, da Instrução nº 520/12 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) "Demonstração intermediária" e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

As informações contábeis intermediárias da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia no Brasil.

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas informações contábeis intermediárias, tais como foram aplicadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas

2.2. Bases de apresentação

Na elaboração das informações contábeis intermediárias é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar essas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas correspondentes são revisadas continuamente. As revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidas somente no período em que a estimativa é revisada se a revisão afetar apenas esse período, ou no período da revisão e em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros contabilizados ao valor justo no resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada no seu reconhecimento inicial.

As compras ou vendas de ativos financeiros são reconhecidas e deixam de ser reconhecidas, respectivamente, na data da negociação quando a compra ou venda de um investimento estiver prevista em um contrato cujos termos exijam a entrega do investimento em um prazo estabelecido pelo respectivo mercado, as quais são inicialmente mensuradas ao valor justo, acrescido dos custos da transação, exceto para os ativos financeiros classificados ao valor justo no resultado.

Outros ativos financeiros, contas a receber, Cédula de crédito Imobiliário - CCI e outras contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos prefixados ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Em cada data de balanço subsequente ao reconhecimento inicial, os outros ativos financeiros, contas a receber e outras contas a receber são registrados ao custo amortizado usando o método de juros efetivos, deduzido de perdas de seu valor de recuperação (“impairment”), se houver.

“Impairment” de ativos financeiros

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que, na avaliação individual, não apresentam “impairment” podem ser subsequentemente avaliados para “impairment” de forma coletiva. Entre as evidências objetivas de impossibilidade de recuperação do valor de uma carteira de créditos estão a experiência passada da Companhia em receber créditos e mudanças observáveis nas condições econômicas locais ou nacionais relacionadas à inadimplência dos recebimentos.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação, principalmente cotas de fundo de investimento e Certificado de Depósito Bancário - CDB. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando o valor de mercado.

Notas Explicativas

2.5. Aplicações financeiras vinculadas

A Companhia possui aplicações financeiras em debêntures com lastro em operações compromissadas bancárias, as quais são remuneradas pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e em fundo de investimento aberto. As aplicações estão vinculadas a compromissos assumidos nas operações de CCI, empréstimos e venda de ativos, e os saldos de aplicações financeiras estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e exercícios, conforme descrito na nota explicativa nº 4.

2.6. Passivos financeiros e instrumentos de capital outorgados pela Companhia

2.6.1. Classificação como dívida ou instrumento de capital

Os instrumentos de dívida e de capital são classificados como passivos financeiros ou de capital de acordo com a natureza do contrato.

2.6.2. Instrumentos de capital

Instrumento de capital representa qualquer contrato que evidencie participação residual nos ativos de uma entidade após deduzir todos os seus passivos. Os instrumentos de capital da Companhia são registrados nos resultados obtidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

2.6.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros ao valor justo no resultado” ou “outros passivos financeiros”.

Em cada data de balanço subsequente ao reconhecimento inicial, os passivos financeiros classificados ao valor justo no resultado são reconhecidos ao valor justo diretamente no resultado do período no qual se originaram. O ganho líquido ou a perda líquida reconhecidos no resultado incluem eventuais juros pagos ao passivo financeiro.

Outros passivos financeiros (incluindo contas a pagar) são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método de juros efetivos.

2.7. Cessão de cédula de crédito imobiliário a pagar

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as cessões estejam em aberto, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

2.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e é possível mensurar o valor da obrigação de forma confiável. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indiquem a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, criam uma expectativa válida nessas outras partes de que ela cumprirá com essas responsabilidades.

Notas Explicativas

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação determinada para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

2.9. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

2.9.1. Receita de "spread"

O "spread" da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito imobiliário e o preço de colocação dos Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro imobiliário aplicando determinada taxa de desconto que somente é em parte repassada como forma de remuneração dos CRI, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no "spread" realizado. Dessa forma, não é observado "spread" quando as taxas (preços) de compra e venda dos créditos forem iguais.

2.9.2. Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é registrada em relação ao principal em aberto e pela taxa de juros efetiva aplicável, que é aquela que desconta os recebimentos estimados de caixa futuros pela vida esperada do ativo financeiro ao valor contábil líquido do ativo.

2.9.3. Receita de serviços

A receita com a prestação de serviços de administração do patrimônio fiduciário é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

2.10. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes.

Os impostos correntes são calculados com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque inclui e exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens que não são tributáveis ou dedutíveis. O passivo referente aos impostos correntes da Companhia é apurado com base na sistemática de tributação lucro real e utiliza as alíquotas em vigor nas datas dos balanços, ou seja, 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

2.11. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro/ (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício, incluindo as emissões de direitos e bônus de subscrição.

2.12. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas informações contábeis intermediárias.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Notas Explicativas

2.13. Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

A Companhia não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente em função de não ter ocorrido outros resultados abrangentes nos trimestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014.

2.14. Normas contábeis – Novas e alterações/atualizações ocorridas

2.14.1. Normas contábeis que entrarão em vigor após 2015

A Companhia está avaliando os impactos da adoção das normas emitidas pelo IASB em 2014 (ainda sem correspondente no CPC) que entrarão em vigor após o exercício de 2015:

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros (Financial Instruments);
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2017) – Receita de Contratos com Clientes (Revenue from Contracts with Customers);
- IAS 16 e IAS 38 (aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2016) – Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization - Amendments to IAS 16 and IAS 38).

3. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliadas com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	30/06/2015	31/12/2014
Bancos	83	97
Aplicações financeiras – Itaú – operação compromissada (*)	12.224	13.165
Total	12.307	13.262

(*) Aplicação financeira com conversibilidade imediata em caixa.

4. Aplicações financeiras vinculadas

Em 30 de junho de 2015, o montante de R\$56.606 (R\$105.495 em 31 de dezembro de 2014) refere-se ao caixa restrito e às aplicações financeiras vinculadas aos certificados de recebíveis imobiliários mencionados na nota explicativa nº 12. Desta forma, sua utilização está condicionada ao pagamento destes.

	30/06/2015	31/12/2014
Bancos	1.681	31.737
Aplicações financeiras		
Itaú - operação compromissada (a)	5.791	4.626
RB Capital II FIRF Crédito Privado (b)	49.134	69.132
	56.606	105.495

(a) Aplicação financeira com conversibilidade imediata em caixa;

(b) Fundo de investimento aberto, administrado pela BNY Mellon. Sua carteira de ativo é composta principalmente por cédulas de créditos imobiliários, certificados de recebíveis imobiliários e aplicações em debêntures, lastro de operações compromissadas bancárias, com liquidez diária e com insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 10 (a).

Notas Explicativas

5. Títulos e Valores Mobiliários

30/06/2015

Certificado de recebível imobiliário – CRI (*)	847
--	-----

(*) No dia 26 de março de 2015, a Companhia adquiriu 9 Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI pelo valor de R\$ 2.967 que serão remunerados a 12,08% a.a. mais atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. No dia 25 de junho de 2015, a Companhia vendeu 6 Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI pelo valor de R\$ 2.120.

6. Contas a receber

	30/06/2015	31/12/2014
Contas a receber	382	416
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(246)	(246)
	136	170

A seguir estão apresentados os vencimentos dos saldos de contas a receber de clientes em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014:

	30/06/2015	31/12/2014
Vencidas		
Até 30 dias	46	47
31 a 60 dias	3	6
61 a 90 dias	3	-
91 a 180 dias	6	20
Acima de 180 dias	246	246
A vencer	78	97
	382	416

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a análise individual dos valores a receber. Não há garantia para os recebíveis.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	30/06/2015	31/12/2014
Saldo no início do período/exercício	246	350
Adições	7	27
Reversões	(7)	(131)
Saldo no fim do período/exercício	246	246

7. Recebíveis imobiliários

	30/06/2015	31/12/2014
Cédula de crédito imobiliário (*)	158	30.508

(*) Representa os recebíveis imobiliários adquiridos pela Companhia que serão utilizados como lastro para futuras emissões de Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI.

Notas Explicativas

8. Impostos a recuperar

	30/06/2015	31/12/2014
IRPJ – estimativa	334	-
CSLL – estimativa	123	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - IRPJ / CSLL	262	482
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	834	348
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar	4	18
	1.557	848

9. Outros créditos

	30/06/2015	31/12/2014
Despesas a serem reembolsadas (*)	2.760	3.064
Outros	293	44
	3.053	3.108

(*) Referem-se a despesas incorridas pela Companhia para emissão do Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI, que serão reembolsadas pelos emissores dos lastros dos CRIs. Tais despesas concentram-se em pagamentos para agentes fiduciários, custódia, taxas e emolumentos.

10. Partes relacionadas

Os saldos das transações com partes relacionadas em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	30/06/2015	31/12/2014
Ativo circulante		
RB Capital II FIRF Crédito Privado (a)	49.134	69.132

(a) Representam aplicações financeiras vinculadas, nos valores de R\$ 49.134 (R\$ 69.132 em 31 de dezembro de 2014), no referido Fundo, vide nota explicativa nº 4, cuja carteira em 30 de junho de 2015 possui aproximadamente R\$ 49.087 (R\$ 53.182 em 31 de dezembro de 2014) de títulos pertencentes e/ou emitido por Companhias e partes relacionadas, cujos lastros estão vinculados a riscos de crédito de terceiros.

11. Impostos, taxas e contribuições

	30/06/2015	31/12/2014
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	591	155
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	59	148
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	162	372
PIS e COFINS	27	202
Outros impostos	10	28
	849	905

Notas Explicativas

12. Cessão de certificados de recebíveis imobiliários a pagar

	30/06/2015	31/12/2014
Cessão de Cédulas de créditos Imobiliários – CCI		
CCI Scopel (a)	243	236
CCI Goldzstein (a)	140	93
CCI - CRI 68 (b)	6	6
CCI - CRI 70 (b)	25	25
CCI - CRI 77 (b)	36.104	34.534
CCI - CRI 79 (b)	19	19
CCI - CRI 80 (b)	2.968	3.015
CCI - CRI 82 (b)	-	1
CCI - CRI 85 (b)	1	1
CCI - CRI 86 (b)	52	52
CCI - CRI 87 (b)	2.842	3.085
CCI - CRI 89 (b)	81	165
CCI - CRI 90 (b)	11.479	30.716
CCI - CRI 92 (b)	1.208	556
CCI - CRI 94 (b)	13	13
CCI - CRI 95 (b)	109	661
CCI - CRI 96 (b)	41	12
CCI - CRI 102 (b)	-	462
CCI - CRI 107 (b)	268	268
CCI - CRI 110-111 (b)	78	31.214
CCI - CRI 112 (b)	565	980
CCI - CRI 113 (b)	-	28
CCI - CRI 115 (b)	62	26.113
CCI - CRI 116 (b)	39	-
Outros CCI (a)	249	305
	56.592	132.560

- (a) As CCI – Cédula de Crédito Imobiliário são títulos representativos de créditos imobiliários, que, por terem sido vendidos no mercado secundário, geraram junto a Companhia a obrigação de repasse dos fluxos recebidos aos atuais detentores das CCI;
- (b) Representa a aquisição de recebíveis imobiliários, com atualização monetária da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, conforme descrito na nota explicativa nº 4. Os títulos imobiliários possuem alienação fiduciária em garantia, sem coobrigação da Companhia e são atualizados por juros e atualização monetária.

13. Provisão para riscos

	30/06/2015	31/12/2014
Provisão para riscos (*)	624	624

- (*) Refere-se ao valor do eventual descasamento entre o lastro e o CRI, em caso de pré-pagamento, referente a duas operações, cujo montante está garantido por fundo de reserva em caixa, aplicado em instrumento de renda fixa de liquidez diária.

Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais contra a Companhia no trimestre findo em 30 de junho de 2015.

Notas Explicativas

14. Patrimônio Líquido

14.1. Capital social

O capital social está dividido em 5.996.865 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no montante de R\$ 12.483, totalmente integralizado.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 20.000, mediante a emissão de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

14.2. Dividendos

Em 13 de março de 2014, a Sociedade pagou dividendos, no montante de R\$ 6.000, sendo R\$ 3.348 de retenção de lucros e R\$ 2.652 apurados no balanço patrimonial levantado em 28 de fevereiro 2014.

Em 11 de março de 2015, a Companhia pagou dividendos, no montante de R\$ 4.000 referente ao saldo de lucros retidos do ano de 2014.

15. Receita Líquida

	01/04/2015- 30/06/2015	01/01/2015- 30/06/2015	01/04/2014- 30/06/2014	01/01/2014- 30/06/2014
Receita bruta	157	382	4.537	11.196
Impostos incidentes	(12)	(30)	(82)	(358)
Receita líquida	145	352	4.455	10.838

16. Custos dos serviços prestados

	01/04/2015- 30/06/2015	01/01/2015- 30/06/2015	01/04/2014- 30/06/2014	01/01/2014- 30/06/2014
Custo com comissões	-	-	(1.565)	(2.455)
Custo com agentes fiduciários	(42)	(62)	(32)	(69)
Custo de controle de recebíveis	(9)	(52)	(11)	(148)
Custo com custódia e emissão	(14)	(35)	(3.210)	(3.269)
Custo com advogados	(160)	(160)	(87)	(94)
Outros custos	-	-	-	(3)
	(225)	(309)	(4.905)	(6.038)

Notas Explicativas

17. Despesas por natureza, líquidas

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por natureza. Conforme requerido pelo CPC, o detalhamento das principais despesas operacionais por natureza está apresentado a seguir:

	01/04/2015- 30/06/2015	01/01/2015- 30/06/2015	01/04/2014- 30/06/2014	01/01/2014- 30/06/2014
Serviços de terceiros	(39)	(373)	(265)	(409)
Despesas com viagens	(46)	(65)	(45)	(103)
Despesas com taxas e cartórios	(43)	(96)	(41)	(49)
Despesas com informática e telecomunicações	(21)	(49)	(12)	(24)
Despesas com taxas e contribuições	(36)	(107)	(94)	(203)
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(7)	-	(24)	(27)
Despesas com patrocínio	(276)	(276)	53	(337)
Despesas com anúncios e publicações	(47)	(6)	(96)	(99)
Provisão para contingências	-	-	(275)	(275)
Outras receitas (despesas)	257	(74)	(24)	168
	(258)	(1.046)	(823)	(1.358)
Classificadas como				
Despesas gerais e administrativas	(151)	(873)	(377)	(1.097)
Despesas de comercialização	(47)	(66)	(96)	(99)
Despesas tributárias	(45)	(98)	(49)	(53)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(15)	(9)	(301)	(109)
	(258)	(1.046)	(823)	(1.358)

18. Receitas financeiras

	01/04/2015- 30/06/2015	01/01/2015- 30/06/2015	01/04/2014- 30/06/2014	01/01/2014- 30/06/2014
Juros ativos (*)	65	460	837	1.232
Rendimentos de aplicações financeiras	2.791	5.390	2.935	6.079
Outros	212	212	-	-
	3.068	6.062	3.772	7.311

(*) Referem-se substancialmente à atualização dos recebíveis imobiliários a receber, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

19. Despesas financeiras

	01/04/2015- 30/06/2015	01/01/2015- 30/06/2015	01/04/2014- 30/06/2014	01/01/2014- 30/06/2014
Juros passivos (*)	-	(384)	(824)	(878)
Perda em aplicações financeiras em fundos	(1.863)	(2.890)	-	(673)
Outras despesas	-	-	(1.388)	(1.420)
	(1.863)	(3.274)	(2.212)	(2.971)

(*) Referem-se à atualização de cessão de crédito a pagar, conforme mencionado na nota explicativa nº 12.

Notas Explicativas

20. Imposto de renda e contribuição social

20.1. Composição das despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - correntes

	01/04/2015- 30/06/2015	01/01/2015- 30/06/2015	01/04/2014- 30/06/2014	01/01/2014- 30/06/2014
Despesas correntes				
CSLL	(79)	(162)	(46)	(784)
IRPJ	(212)	(436)	(150)	(2.165)
	(291)	(598)	(196)	(2.949)

20.2. Reconciliação das despesas de IRPJ e CSLL - correntes

As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	01/04/2015- 30/06/2015	01/01/2015- 30/06/2015	01/04/2014- 30/06/2014	01/01/2014- 30/06/2014
Lucro do período antes dos efeitos do IRPJ e da CSLL	867	1.785	287	7.782
Despesas com constituição de provisões	-	-	299	974
Despesas indedutíveis gerais	7	9	10	35
Adições/ (exclusões)	7	9	309	1.009
Lucro tributável	874	1.794	596	8.791
34% do lucro real	297	610	202	2.989
Benefício Lei Rounet 8.313/91	-	-	-	(28)
Benefício adicional do IRPJ 10% 240 mil	(6)	(12)	(6)	(12)
Total IRPJ / CSLL	291	598	196	2.949

21. Lucro por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico e diluído por ação são conforme segue:

	01/04/2015- 30/06/2015	01/01/2015- 30/06/2015	01/01/2014- 30/06/2014	01/04/2014- 30/06/2014
Lucro do período	576	1.187	91	4.833
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro básico por ação (em milhares)	5.997	5.997	5.997	5.997
Lucro básico por ação (centavos por ação)	0,09605	0,19793	0,01517	0,80590

A Companhia não possui nenhum efeito dilutivo ou antidilutivo para o período findo em 30 de junho de 2015 e 30 de junho de 2014 e, por isso, não calculou o lucro diluído por ação.

22. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: conforme descritos nas notas explicativas 3 e 4;
- contas a receber, outros créditos, títulos e valores mobiliários e recebíveis imobiliários: conforme descritos nas notas explicativas 5, 6 e 7;
- cessão de cédulas de créditos imobiliários a pagar: conforme descrito na nota 12.

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros por categorias

Natureza	Classificação	30/06/2015		31/12/2014	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	12.307	12.307	13.262	13.262
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos e recebíveis	56.606	56.606	105.495	105.495
Títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	847	847	-	-
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	136	136	170	170
Recebíveis imobiliários	Empréstimos e recebíveis	158	158	30.508	30.508
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	3.053	3.053	3.108	3.108
		73.107	73.107	152.543	152.543
Passivo					
Contas a pagar	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	198	198	88	88
Cessão de crédito imobiliário a pagar	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	56.592	56.592	132.560	132.560
		56.790	56.790	132.648	132.648

22.1. Considerações gerais

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades.

A Companhia administra seu capital para garantir que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno das partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

22.2. Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores dos instrumentos financeiros

Os detalhes a respeito das principais práticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério de reconhecimento, a base de mensuração e o método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 2.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos anteriormente) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

22.3. Gestão de riscos financeiros

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre esses riscos destacam-se o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros.

Notas Explicativas

22.3.1. Derivativos

No período entre 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2015, a Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos.

22.3.2. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um emissor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito de seus valores de Contas a Receber e Despesas Reembolsáveis, além de seus Títulos e Valores Mobiliários e ao risco de crédito dos investimentos realizados pelos fundos investidos.

22.3.3. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis.

A Companhia está exposta ao risco de liquidez de seus valores de Contas a Receber e Despesas Reembolsáveis, além de seus Títulos e Valores Mobiliários. A Companhia está ainda exposta ao risco de liquidez do pagamento dos valores de Cessão de certificados de recebíveis imobiliários, mitigado pelos recursos das Aplicações financeiras vinculadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos de cessão de certificados de crédito imobiliário da Companhia em prazos que a Companhia entende como essenciais para análise. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Média ponderada da taxa de juros	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Cessão de crédito imobiliário a pagar	9,47%	20.262	-	41.692	61.954

22.3.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, notadamente o CDI ("Caixa e equivalentes de caixa" e "Aplicações financeiras vinculadas"), e à variação de índice de preços, notadamente o IPCA ("Títulos e Valores Mobiliários").

Notas Explicativas

22.3.5. Análise de sensibilidade

Premissas

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descritos a seguir:

- **Cenário base:** baseado nos níveis de taxas de juros e preços observados em 30 de junho e no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico;
- **Cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base;
- **Cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base.

Análise de administração

A Companhia entende que está exposta à variação do CDI, que é base para remuneração de suas aplicações financeiras e de parte dos valores a pagar de cessão de certificados de recebíveis imobiliários, e à variação do IPCA, que é base de correção de seus Títulos e Valores Mobiliários. A Companhia entende ainda que, apesar de possuir ativos e passivos indexados ao CDI, necessita de apenas um cenário de risco, desde que esse seja o mais conservador para o resultado líquido dos instrumentos.

A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

Premissas	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Diminuição da taxa do CDI			
Caixa e equivalentes de caixa/Aplicações financeiras vinculadas/ Cessão de certificados de recebíveis imobiliários	13,80%	10,35%	6,90%

Fator de risco	Risco	Instrumento	Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto
Taxa de juros – CDI	Diminuição da taxa do CDI	Caixa e equivalentes de caixa			
		Aplicações financeiras vinculadas	5.010	3.754	2.501
		Cessão de certificados de recebíveis imobiliários			
Índice de preços – IPCA	Diminuição do IPCA	Títulos e Valores Mobiliários	71	53	33

23. Remuneração da administração

Os administradores da Companhia atuam em determinadas frentes de negócios do Grupo RB Capital, tais como originação, estruturação e securitização, sendo remunerados de acordo com a dedicação à cada atividade desempenhada.

Notas Explicativas

Pela dedicação aos serviços de securitização (representadas pela RB Capital Securitizadora e RB Capital Companhia de Securitização), o Grupo RB Capital remunerou os administradores da Companhia durante o período de três meses findo em 30 de junho de 2015, entre fixo e variável, o montante de R\$ 90 (R\$ 400 em 30 de junho de 2014) em sua totalidade representada por benefícios de curto prazo.

Durante o período de três meses findo em 30 de junho de 2015 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a RB Capital Companhia de Securitização não pagou honorários a seus administradores.

24. Informações intermediárias fiduciárias - informação suplementar conforme Instrução CVM nº 414/04

Em atenção ao disposto no artigo 12, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, como consequência da administração de cada patrimônio separado e da respectiva manutenção de registros contábeis independentes a cada um deles observada pela Companhia, demonstramos a seguir as informações contábeis intermediárias relacionadas a esses patrimônios separados para o período findo em 30 de junho de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

24.1. Balanço fiduciário

	Referência	30/06/2015	31/12/2014
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	23.2.	76.084	41.564
Contas a receber	23.3.	973.810	1.073.142
Ativo não circulante			
Contas a receber	23.3.	6.978.046	7.012.900
Total do ativo		8.027.940	8.127.606
Passivo circulante			
Contas a pagar	23.4.	1.047.880	1.112.691
Passivo não circulante			
Contas a pagar	23.4.	6.980.060	7.014.915
Total do passivo		8.027.940	8.127.606

24.2. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras fiduciárias estão representadas principalmente por CDBs e possuem remuneração compatível com as taxas de mercado. As aplicações apresentam liquidez de curto prazo e são compostas conforme segue:

	30/06/2015	31/12/2014
Bancos	68.028	38.373
Aplicações financeiras		
Operação compromissada Bancária	7.863	1.785
RB Capital II FIRF Crédito Privado (*)	193	1.406
	76.084	41.564

(*) Fundo de investimento aberto, administrado pela BNY Mellon. Sua carteira de ativo é composta principalmente por cédulas de créditos imobiliários, certificados de recebíveis imobiliários e aplicações em debêntures com lastro em operações bancárias, com liquidez diária e com insignificante risco de mudança de valor.

Notas Explicativas

24.3. Contas a receber

Referem-se a operações de aquisição de recebíveis imobiliários, efetuadas de acordo com as Leis nº 9.514/97 e nº 10.931/04, que dispõem, respectivamente, sobre os CRI e os CCI (denominados em conjunto “títulos imobiliários”).

Foi instituído o regime fiduciário para os recebíveis nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.514/97 e artigo 23 da Lei nº 10.931/04, os quais passaram a constituir patrimônio separado com o propósito exclusivo de lastrear os referidos títulos imobiliários, não se confundindo, portanto, com o patrimônio da Companhia.

Os títulos imobiliários são emitidos sem garantia flutuante e com taxa de juros e atualização monetária, na maioria das vezes com alienação fiduciária em garantia, em alguns casos com coobrigação da cedente.

Referência	Circulante		Não circulante	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
CRI 031	71.600	65.909	-	-
CRI 044	19.618	18.016	-	16.413
CRI 052	6	58	99	181
CRI 055	5.559	5.238	4.282	6.320
CRI 057-058-59	3.224	3.328	2.442	3.143
CRI 062	-	-	38.766	37.178
CRI 063-064	221	334	300	417
CRI 065	-	7.038	-	-
CRI 068	-	-	83.986	77.723
CRI 069	35.803	35.812	368.719	377.099
CRI 070	-	-	85.759	79.406
CRI 071	21.548	19.863	140.672	99.454
CRI 074	42.279	40.886	161.475	172.876
CRI 075-076	197.365	201.872	1.531.802	1.615.945
CRI 077	63.391	57.547	461.018	447.071
CRI 078	8.563	7.813	34.433	35.775
CRI 079	9.371	6.819	2.810	5.685
CRI 080	7.532	7.370	58.413	53.960
CRI 081	4.720	4.134	42.412	41.310
CRI 082-084	8.618	8.306	72.351	69.891
CRI 083	-	66.406	-	-
CRI 085	6.695	6.414	169.422	159.705
CRI 086	3.962	3.638	18.445	18.423
CRI 087	7.713	7.433	89.194	89.290
CRI 088	1.190	1.190	8.716	9.104
CRI 089	1.066	996	9.143	8.852
CRI 090	10.543	9.596	114.249	103.985
CRI 091	25.860	49.761	-	-
CRI 092	1.452	-	6.699	-
CRI 093	7.650	7.315	44.606	44.635
CRI 094	1.316	1.276	7.797	7.815
CRI 095	10.683	9.397	91.738	90.062
CRI 096	3.032	2.817	55.186	35.748
CRI 097-098-099	44.561	32.767	397.890	389.928
CRI 101	70.872	57.351	551.405	560.841
CRI 102	469	436	5.661	5.546
CRI 103	650	647	4.622	4.663
CRI 104	5.196	4.887	26.441	26.266
CRI 105	4.983	-	39.977	43.569
CRI 107	2.572	2.242	60.382	57.557
CRI 110-111	202.007	266.507	1.623.289	1.702.229
CRI 112	1.813	1.755	54.893	52.658
CRI 113	515	517	3.286	3.457
CRI 114	50.793	49.451	178.935	195.594
CRI 115	3.781	-	29.894	-
CRI 116	5.018	-	296.437	263.126
	973.810	1.073.142	6.978.046	7.012.900

Notas Explicativas

A composição da parcela do não circulante, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano	30/06/2015	31/12/2014
2016	909.592	867.199
2017	838.947	792.956
2018	935.505	840.951
2019	785.119	687.210
2020	656.507	576.432
2021	592.254	616.361
2022	517.202	458.185
2023	468.703	416.644
2030	1.174.217	1.756.962
	6.978.046	7.012.900

24.4. Contas a pagar

Representam os valores a pagar aos investidores, responsáveis pela aquisição dos CRI.

24.5. Informações complementares sobre a emissão de CRI

Conforme previsto no artigo 3º da Instrução da CVM nº 414/04, estão apresentados a seguir os dados relativos a:

- aquisição, retrocessão, pagamento e inadimplência dos créditos vinculados à emissão de CRI;
- atualização trimestral dos relatórios de classificação de risco dos CRI emitidos a que se refere o parágrafo 7º do artigo 7º da referida Instrução, se for o caso.

24.5.1. Aquisições do período

Série CRI	Data	Valor da aquisição
92ª	25/09/2014	7.203
115ª	15/12/2014	29.788

24.5.2. Retrocessões

Não ocorreram retrocessões no período findo em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

24.5.3. Pagamentos

Os pagamentos dos créditos vinculados à emissão de CRI foram realizados no prazo e nas condições determinados quando de sua aquisição.

Notas Explicativas

24.5.4. Inadimplência

Houve inadimplência de créditos imobiliários vinculados à 9ª, 17ª, 65ª e à 79ª Séries de CRI, as quais tiveram seu vencimento antecipado declarado por meio de Assembleias dos titulares dos CRI de cada uma das Séries, realizadas em 17 de março de 2009, e nos termos dos documentos que suportam cada operação e da legislação em vigor. As garantias vinculadas a cada uma das Séries encontram-se atualmente em processo de excussão por via judicial.

CRI	9ª Série da 1ª Emissão
Parcela em atraso	De 23/09/08 a 23/02/09
Valor em atraso	32.239
Multa acumulada	7.095
Juros de mora acumulado	36.235
Atualização acumulada	15.060
Data de vencimento antecipado	17/03/2009
Valor total inadimplente	90.629

CRI	17ª Série da 1ª Emissão
Parcela em atraso	De 28/10/08 a 28/02/09
Valor em atraso	38.911
Multa acumulada	6.907
Juros de mora acumulado	33.879
Atualização acumulada	13.808
Data de vencimento antecipado	17/03/2009
Valor total inadimplente	93.505

CRI	79ª Série da 1ª Emissão
Parcela em atraso	De 27/07/2014 a 03/12/2014
Valor em atraso	12.401
Multa acumulada	1.240
Juros de mora acumulado	891
Atualização acumulada	816
Data de vencimento antecipado	-
Valor total inadimplente	15.348

24.5.5. "Rating"

A Companhia possui apenas uma série de CRI que conta com atualização trimestral de "rating", nos termos do parágrafo 7º do artigo 7º da Instrução CVM nº 414/04, cujas informações estão descritas a seguir:

CRI	Agência de "rating"	"Rating"
31ª Série	Moody's	Aa1.br
31ª Série	Fitch	AAA (bra)
77ª Série	Fitch	AAA (bra)

Notas Explicativas

25. Operações por segmento

Em 31 de julho de 2009, a CVM emitiu a Deliberação nº 582, que aprovou o CPC 22 “Informações por segmento”, que é equivalente ao IFRS 8 “Segmentos operacionais”. O CPC 22 é mandatório para informações contábeis intermediárias cujos exercícios se encerram a partir de 31 de dezembro de 2010. O CPC 22 requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Entidade que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances.

A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que a Companhia opera com um único segmento (securitização de recebíveis imobiliários) e por isso considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária.

26. Aprovação das informações contábeis intermediárias e Informações intermediárias fiduciárias

As informações contábeis intermediárias e informações intermediárias fiduciárias foram aprovadas pela Diretoria e suas emissões foram autorizadas em 07 de maio de 2015.

* * *

Josil Abel Xavier da Silva
CRC 1SP216247/O-8

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Diretores da
RB Capital Companhia de Securitização
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da RB Capital Companhia de Securitização (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) “Demonstração intermediária”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelo CPC 21(R1), que não requer a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Informações intermediárias fiduciárias

Revisamos, também, as informações intermediárias fiduciárias mencionadas na Nota Explicativa

nº 24, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, cuja apresentação é prevista no Artigo 12, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 para companhias securitizadoras e como informação suplementar pelo CPC 21(R1) que não requer a apresentação das informações trimestrais fiduciárias. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 07 de agosto de 2015.

Nelson Fernandes Barreto Filho

Contador CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

A Companhia não possui Conselho Fiscal ou órgão equivalente.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Eu, FLÁVIA PALÁCIOS MENDONÇA, brasileira, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 013.187.264-0, (DETRAN/RJ), inscrita no CPF/MF sob o nº 052.718.227-37, na qualidade de diretora da RB Capital Companhia de Securitização, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF 02.773.542/0001-22, com sede na Rua Amauri, 255 5º andar, parte, Jardim Europa, São Paulo/SP, CEP 01448-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras, referente ao exercício social findo em 30 de junho de 2015.

Eu, GLAUBER DA CUNHA SANTOS, brasileiro, casado, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 09.076.231-1 (IFP/RJ), inscrito no CPF/MF sob o nº 120.547.898-10, na qualidade de diretor da RB Capital Companhia de Securitização, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF 02.773.542/0001-22, com sede na Rua Amauri, 255 5º andar, parte, Jardim Europa, São Paulo/SP, CEP 01448-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras, referente ao exercício social findo em 30 de junho de 2015.

Eu, MARCELO MICHALUÁ, brasileiro, casado, administrador de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 16.323.178 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 127.314.838-06, na qualidade de diretor da RB Capital Companhia de Securitização, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF 02.773.542/0001-22, com sede na Rua Amauri, 255 5º andar, parte, Jardim Europa, São Paulo/SP, CEP 01448-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras, referente ao exercício social findo em 30 de junho de 2015.

Eu, MARCELO METH, brasileiro, casado, administrador de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.831.243 (IFP-RJ), inscrito no CPF/MF sob o nº 596.424.677-04, na qualidade de diretor da RB Capital Companhia de Securitização, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF 02.773.542/0001-22, com sede na Rua Amauri, 255 5º andar, parte, Jardim Europa, São Paulo/SP, CEP 01448-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras, referente ao exercício social findo em 30 de junho de 2015.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Eu, FLÁVIA PALÁCIOS MENDONÇA, brasileira, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 013.187.264-0, (DETRAN/RJ), inscrita no CPF/MF sob o nº 052.718.227-37, na qualidade de diretora da RB Capital Companhia de Securitização, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF 02.773.542/0001-22, com sede na Rua Amauri, 255 5º andar, parte, Jardim Europa, São Paulo/SP, CEP 01448-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 30 de junho de 2015.

Eu, GLAUBER DA CUNHA SANTOS, brasileiro, casado, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 09.076.231-1 (IFP/RJ), inscrito no CPF/MF sob o nº 120.547.898-10, na qualidade de diretor da RB Capital Companhia de Securitização, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF 02.773.542/0001-22, com sede na Rua Amauri, 255 5º andar, parte, Jardim Europa, São Paulo/SP, CEP 01448-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 30 de junho de 2015.

Eu, MARCELO MICHALUÁ, brasileiro, casado, administrador de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 16.323.178 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 127.314.838-06, na qualidade de diretor da RB Capital Companhia de Securitização, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF 02.773.542/0001-22, com sede na Rua Amauri, 255 5º andar, parte, Jardim Europa, São Paulo/SP, CEP 01448-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 30 de junho de 2015.

Eu, MARCELO METH, brasileiro, casado, administrador de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.831.243 (IFP-RJ), inscrito no CPF/MF sob o nº 596.424.677-04, na qualidade de diretor da RB Capital Companhia de Securitização, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF 02.773.542/0001-22, com sede na Rua Amauri, 255 5º andar, parte, Jardim Europa, São Paulo/SP, CEP 01448-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 30 de junho de 2015.